

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil nº 06.2016.00003146-6

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **DJONAS TONES MELO**, brasileiro, casado, comerciante, Carteira de Identidade n. 4.802.8169, CPF n. 038.990.419-84, e **DARLISE DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, comerciante, CPF 052.161.469-46 e carteira de identidade nº 5.077.005, residenteS na Rodovia SC 108, n. 3.174, bairro Fernandes, no Município de São João Batista; e o procurador, **Dr. Leôncio Paulo Cypriani**, OAB/SC n. 5.491, doravante denominado **COMPROMISSÁRIOS** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00003146-6, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, do meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81);

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII, que: *"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os*

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]"

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*";

CONSIDERANDO que poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que os Representados efetuaram construções em Área de Preservação Permanente (APP), margem do curso d'água, sem autorização dos órgãos municipais e ambientais competentes;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2016.00003146-6 para buscar a recuperação do passivo ambiental, e em reunião, os Representados manifestaram interesse em celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta;

RESOLVEM

Formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, e à adoção de medidas a fim de minimizar o impacto causado ao meio ambiente, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula Primeira: este termo tem como objeto a reparação do dano ambiental causada pelos **COMPROMISSÁRIOS**, mediante a realização de construções em uma área aproximada de 293,08m² considerada de preservação permanente (margem de curso d'água), situada na Rodovia SC 108, n. 3.174, bairro Fernandes, antes da Ponte de Arame, no Município de São João Batista/SC, objeto da matrícula imobiliária nº 3.625, do Registro de Imóveis desta Comarca de São João Batista.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Cláusula Segunda: os **COMPROMISSÁRIOS** estão cientes que deverão **desocupar** integralmente a área considerada de preservação permanente, aproximadamente 293,08m² (duzentos e noventa e três metros e oito centímetros quadrados), respeitando o recuo de 50 (cinquenta) metros das margens do curso d'água, **removendo** todo e qualquer material, construção e/ou animais existentes no local, dentro da área de preservação permanente, conforme prazos a seguir estabelecido:

- **no prazo de 1 (um) ano**, a contar da assinatura deste termo, deverão providenciar a demolição e remoção da cozinha;

- **no prazo de 2 (dois) anos**, a contar da assinatura deste termo, deverão providenciar a demolição e remoção da casa ou parte da casa, da área de preservação permanente.

Cláusula Terceira: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de **recuperar** a área degradada em toda a sua extensão, mediante o plantio de espécies nativas, em quantidade suficiente para a cobertura total da área degradada, mediante a orientação e acompanhamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUMAB e/ou da Polícia Militar Ambiental.

Parágrafo Primeiro: se houver necessidade, os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem a isolar o local, com a instalação de cercas, (podendo ser de arame farpado), evitando assim a entrada de agentes degradantes e que venham a colocar em risco as atividades de recuperação;

Parágrafo Segundo: após o plantio das espécies nativas, os **COMPROMISSÁRIOS** deverão **realizar** ações de manutenção a cada **2 (dois) meses**, consistente no coroamento das mudas, controle de braquiária, adubação, controle de formigas, replantio de eventuais mudas mortas, manter a cerca sempre em bom estado de proteção da área (se necessário o isolamento), entre outras medidas que se fizerem necessárias, em toda a extensão do dano ambiental ocasionado.

Cláusula Terceira: se após o transcurso do prazo de seis meses, a contar da data para cada demolição e recuperação, o relatório de fiscalização indicar que as medidas adotadas foram insuficientes para a recuperação do passivo ambiental, os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de recuperar o dano ambiental ocasionado em toda a sua extensão, mediante a elaboração e execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, a ser confeccionado por meio de profissional devidamente habilitado, acompanhado de ART, que deverá ser elaborado no prazo de 30 dias, contados da notificação, e adotadas as providências técnicas no prazo de 30 dias seguintes;

Parágrafo Primeiro: os **COMPROMISSÁRIOS** deverão no mesmo prazo apresentar cópia do PRAD nesta Promotoria de Justiça para ciência;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

Parágrafo Segundo: após a análise da autoridade competente, caso seja necessário adequar o PRAD, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a cumprir com as exigências feitas no prazo 15 dias; bem como, após homologado o Projeto, comprometem-se a executá-lo, cumprindo as ações determinadas, no prazo de 30 dias;

Parágrafo Terceiro: o PRAD que será aprovado pelo Órgão Ambiental, se necessário, integrará este instrumento para todos os fins legais, assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão;

Parágrafo Quarto: os **COMPROMISSÁRIOS** comprometem-se a comprovar, perante esta Promotoria de Justiça, que apresentaram os projetos/documentos exigidos pelo órgão competente, nos prazos estabelecidos, sempre que lhe for solicitado;

Parágrafo Quinto: as ações adicionais previstas no PRAD serão executadas no prazo de 30 dias, contados da aprovação;

Parágrafo Sexto: os **COMPROMISSÁRIOS** estão cientes que deverão apresentar, a cada seis meses, relatório devidamente elaborado pelo profissional técnico responsável pelo PRAD de cada etapa concluída, até a efetiva recuperação do dano.

Cláusula Quinta: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer, consistente em adotar todas as medidas necessárias para a recuperação da área degradada, especialmente aquelas eventualmente indicadas no PRAD, se necessário a sua confecção, bem como aquelas porventura indicadas pela Polícia Militar Ambiental ou por técnico do Órgão Ambiental no(s) auto(s) de constatação;

Cláusula Sexta: em caso de transferência da propriedade ou posse da área ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, seja da área remanescente ou da área a ser desmembrada, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

Parágrafo Primeiro: se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem a propriedade sem cumprir as obrigações ora assumidas, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Parágrafo Segundo: se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

descumprimento.

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

Cláusula Sétima: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de não fazer qualquer outra intervenção de cunho ambiental na Área de Preservação Permanente, exceto nas hipóteses previstas em lei e observada, quando for o caso, a prévia licença ambiental.

2.3 DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Cláusula Oitava: os **COMPROMISSÁRIOS**, de forma livre e voluntária, anuem que doravante as comunicações relativas ao presente Termo sejam efetuadas por meio de aplicativo de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares;

Parágrafo Primeiro: neste ato, os **COMPROMISSÁRIOS** informam o telefone móvel de número **(48) 99658-2015** ou e-mail: *darlisenascimento@hotmail.com*, para o recebimento das comunicações;

Parágrafo Segundo: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de comunicar à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista/SC, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, eventual alteração do número de telefone móvel, bem como assumem o compromisso de manter ativa, na configuração de privacidade do aplicativo, a opção de recibo e confirmação de leitura, ou de confirmar manualmente o recebimento das mensagens.

3. DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Nona: a fiscalização acerca da recuperação do passivo ambiental será realizada pela Polícia Militar Ambiental ou por técnico do Órgão Ambiental, mediante a elaboração de auto de constatação, conforme eventuais requisições pelo Ministério Público, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário;

Parágrafo Primeiro: fica, desde já, estabelecido e convencionado entre as partes que será realizada vistoria *in loco* **sem prévio aviso** até integral recuperação da área;

Parágrafo Segundo: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

4. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Décima: em caso de descumprimento injustificado de

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

quaisquer das Cláusulas do presente Termo, os **COMPROMISSÁRIOS** ficam obrigados ao pagamento de multa no valor de 30.000,00 (trinta mil reais), a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça.

Parágrafo Primeiro: o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação dos **COMPROMISSÁRIOS** para comparecimento na Promotoria;

Parágrafo Segundo: não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

Parágrafo Terceiro: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Quarto: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula Décima Primeira: o **COMPROMITENTE** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face dos **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Segunda: as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias, inclusive em caso de alteração da lei federal, devidamente chancelada pelo STF ou a ausência de impugnação.

Cláusula Décima Terceira: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

Parágrafo Primeiro: eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Parágrafo Segundo: o presente Termo poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

Cláusula Décima Quarta: o presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em quatro vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 28 de março de 2022.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Djonas Tones Melo
Compromissário

Darlise do Nascimento
Compromissária

Lêoncio Paulo Cypriani
OAB/SC n. 5.491